



**Estado do Pará**  
**Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará**  
**Gabinete do Prefeito**

**PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL**  
**LEI COMPLEMENTAR Nº. 003, DE 21 DE SETEMBRO DE 2006.**

Institui o Plano Diretor do Município de Santa  
Bárbara do Pará e dá outras providências.

JOSÉ ISMAEL LIMA ROCHA, Prefeito Municipal de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará, no exercício de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, por seus representantes aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Fica instituído, como instrumento básico da política de expansão e desenvolvimento municipal, o Plano Diretor do Município de Santa Bárbara do Pará, o qual visa à melhoria da qualidade de vida da comunidade local.

**Parágrafo único.** O Plano de que trata este artigo abrange as funções da vida coletiva, nas quais se incluem:

- I. ordenação territorial;
- II. trabalho;
- III. emprego;
- IV. renda;
- V. habitação;
- VI. acessibilidade;
- VII. meio ambiente;
- VIII. educação;
- IX. cultura;
- X. esporte;
- XI. lazer;
- XII. saúde;
- XIII. promoção social;
- XIV. segurança pública;
- XV. atividades econômicas;
- XVI. estrutura administrativa municipal;
- XVII. controle e finanças e;
- XVIII. sistema de monitoramento e controle.



**Estado do Pará**  
**Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará**  
**Gabinete do Prefeito**

**Art. 2º** A política de desenvolvimento, observado o disposto na Lei Orgânica do Município, será formulada por lei específica e de forma integrada com as diretrizes fixadas nesta lei.

**Art. 3º** O Plano Diretor é composto por esta e pelas leis do uso, parcelamento, ocupação e perímetro do solo urbano, bem como do sistema viário, podendo ser integrado por outras leis, desde que tratem de matérias a este pertinente.

**Art. 4º** O Plano Diretor de que trata esta lei será gerenciado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento.

**CAPÍTULO II**  
**DOS OBJETIVOS GERAIS**

**Art. 5º** São objetivos gerais do Plano Diretor de Santa Bárbara do Pará:

- I. promover a ordenação dos espaços habitáveis do Município;
- II. ordenar o pleno desenvolvimento econômico do município, garantindo o bem-estar social de seus habitantes;
- III. dar cumprimento à função social da propriedade urbana e rural;
- IV. atualizar e compatibilizar as leis de ordenamento municipal, visando à organização do espaço, seu uso e sua ocupação;
- V. promover a integração e melhoramento das políticas setoriais;
- VI. dar cumprimento às determinações da Lei Orgânica do Município de Santa Bárbara do Pará;

**Art. 6º** Constituem meios e ações para a consecução dos objetivos referidos no artigo anterior:

- I. planos;
- II. propostas;
- III. instrumentos de política municipal;
- IV. diretrizes de políticas setoriais.

**CAPÍTULO III**  
**DOS PLANOS E PROPOSTAS**

**Art. 7º** Fica estabelecida, como meta a ser atingida pelo Município, no prazo de dez anos, a implantação dos seguintes planos e ações:

- I. Revisão e atualização sistemática das leis componentes do Plano Diretor;
- II. Formulação dos seguintes planos municipais setoriais, articulados e integrados:
  - a) de Habitação;
  - b) de Educação
  - c) de Saúde;



**Estado do Pará**  
**Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará**  
**Gabinete do Prefeito**

- d) de Assistência Social;
- e) de Esporte e Lazer;
- f) de Segurança Pública;
- g) de Patrimônio, Cultural, Ambiental e Turístico;
- h) de Atividades Econômicas e o contexto de Desenvolvimento Regional;
- i) de Trabalho, Emprego e Renda;
- j) de Meio Ambiente e Impactos Ambientais;
- k) de Macro-zoneamento e delimitação do uso de ocupação de solo;
- l) de Mobilidade e Transporte;
- m) de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos;
- n) de Estrutura Administrativa;
- o) de Orçamento e Finanças;
- p) de Sistema de Monitoramento e Controle.

III. Formulação dos seguintes planos especiais:

- a) de Integração Intermunicipal na região de conurbação entre Santa Bárbara do Pará, Benevides, Marituba, Ananindeua e Belém;
- b) de Desenvolvimento Rural;
- c) de Desenvolvimento de Vilas e Distritos.

**Art. 8º** Como instrumentos operacionais para a obtenção de dados e informações imprescindíveis à formulação dos planos descritos no artigo anterior, propõem-se, de modo efetivo, as seguintes providências:

- I. criação do Sistema Municipal de Informações, composto, basicamente, pelos seguintes organismos:
  - a) Sistema de Informação Cadastral (SIC), ligado à Secretaria de Administração e Finanças do Município, cuja função é coletar dados e fornecer informações de modo adequado e sistematizado;
  - b) Sistema de Informação Georeferenciado (SIG), ligado ao Setor de Planejamento Municipal, destinado a produzir informações específicas ao Planejamento Urbano, Cartografia e Mapas Temáticos.
- II. constituição de equipes multidisciplinares, para formulação e gerenciamento dos planos setoriais, compostas por especialistas e representantes das Secretarias Municipais.

**CAPÍTULO IV**  
**DOS INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO POLÍTICO ADMINISTRATIVO**

**Art. 9º** Para assegurar aos munícipes o direito de exercer a gestão democrática da cidade, corrigir distorções no consumo de bens comunais, efetivar os objetivos fixados nesta lei, bem como realizar



**Estado do Pará**  
**Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará**  
**Gabinete do Prefeito**

planos e programas setoriais, projetos e obras, o poder público utilizar-se-á dos seguintes instrumentos de implementação da política urbana, nos termos da legislação federal, estadual ou municipal:

- I. Instrumentos fiscais:
  - a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;
  - b) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
  - c) imposto sobre a propriedade territorial rural;
  - d) incentivos e benefícios fiscais;
  - e) contribuição de melhoria decorrente de obras e benfeitorias públicas;
- II. Instrumentos financeiros e econômicos:
  - a) fundo municipal de desenvolvimento;
  - b) co-responsabilização dos agentes municipais;
- III. Instrumentos jurídicos:
  - a) parcelamento ou edificação compulsórios;
  - b) fixação de requisitos urbanísticos em geral;
  - c) desapropriação urbanística, prevista no inciso III do § 4º do artigo 182 da Constituição da República, que poderá ser aplicada a todos os vazios urbanos contidos na zona urbana;
  - d) discriminação de terras públicas destinadas prioritariamente a assentamentos da população de baixa renda;
  - e) concessão do direito real de uso de imóveis integrantes do patrimônio público;
  - f) fixação de padrões e condições para a instalação de fontes poluidoras e controle das existentes;
  - g) imposição de penalidades por infrações;
  - h) implantação de coeficiente construtivo para aplicação do solo criado;
  - i) intervenção em loteamentos;
  - j) tombamento de bens públicos ou privados de caráter cultural, histórico ou paisagístico, de reconhecido valor para a preservação da identidade e da paisagem local;
  - k) operações interligadas.

**Parágrafo único.** Por meio da utilização isolada ou combinada de instrumentos, o poder público municipal promoverá a regularização fundiária, de acordo com as leis estabelecidas, sempre que as propriedades imobiliárias urbana e rural forem indispensáveis ao assentamento pacífico, organizado e legalmente desimpedido da população considerada de baixa renda.

**Art. 10.** A aplicação sucessiva dos instrumentos previstos no artigo 182 da Constituição Federal far-se-á nos termos da lei federal, respeitadas as disposições dos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior e os seguintes prazos:



**Estado do Pará**  
**Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará**  
**Gabinete do Prefeito**

- I. o parcelamento compulsório em 06 (seis) meses, a contar da data de notificação ao proprietário;
- II. o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, conforme o código tributário do município;
- III. a desapropriação, com pagamento em títulos da dívida pública, a ser iniciada em, no máximo, 02 (dois) meses, a contar do início do exercício subsequente àquele último em que foi aplicado o IPTU Progressivo no tempo, através da edição de decreto expropriatório.

**Art. 11.** Na hipótese da inserção de novos instrumentos na legislação federal ou estadual, estes serão incluídos na relação apontada no artigo 9º desta lei, promovendo-se, no processo legislativo dessa inclusão, as demais alterações no texto desta ou das demais leis componentes do Plano Diretor, com vistas à manutenção da compatibilidade entre os respectivos textos.

**CAPÍTULO V**  
**DAS DIRETRIZES DE POLÍTICAS SETORIAIS**

**SEÇÃO I**  
**DO PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL**

**Art. 12.** O desenvolvimento territorial de Santa Bárbara do Pará será norteado pelas seguintes diretrizes:

- I. equacionamento da relação da ocupação urbana, com as áreas naturais de proteção e preservação ambiental;
- II. qualificação dos espaços de consolidação e espaços em processo de consolidação e formação de núcleos urbanos;
- III. fortalecimento dos centros de bairros ou centralidades, segundo critérios de vitalidade, acessibilidade e configuração espacial;
- IV. orientação de novos traçados para expansão urbana;
- V. revitalização de áreas de interesse histórico, cultural e paisagístico;
- VI. proteção e revitalização urbanística e paisagística das áreas de proteção ambiental;
- VII. valorização dos rios e igarapés como elemento de atratividade;
- VIII. execução de programas de co-gestão da iniciativa pública e privada, para potencializar investimentos nas áreas de interesse;
- IX. readequação viária de Santa Bárbara do Pará para promover a acessibilidade e a estruturação intra-urbana, rural e intermunicipal;
- X. definição de áreas próprias para implantação de conjuntos habitacionais.

§ 1º. Ficam enquadradas na macrozona urbana:

- I. a sede do município;



**Estado do Pará**  
**Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará**  
**Gabinete do Prefeito**

- II. o bairro do Pau D'arco;
- III. a vila de Genipaúba;
- IV. a vila do Livramento;
- V. a vila Denpasa.

§ 2º. Ficam enquadradas na macrozona de expansão urbana:

- I. a vila de São Bento;
- II. a vila de São João do Prata;
- III. a vila Morada Nova;
- IV. a vila de São João Batista;
- V. a vila de São José do Aracy;
- VI. a vila de São Joaquim;
- VII. a vila do Paraíso;
- VIII. a vila de Aracy;
- IX. a vila do Novo Paraíso;
- X. a vila do Paricamirim;
- XI. a vila Coleipa;
- XII. a vila do Caíçaua;
- XIII. a vila de São Paulo das Pedrinhas;
- XIV. a vila Maurícia;
- XV. a vila Colônia Chicano;
- XVI. a vila Fátima.

§ 3º. Ficam enquadradas na macrozona rural:

- I. áreas de baixa densidade demográfica;
- II. áreas de fazenda.

§ 4º. Ficam enquadradas na macrozona de preservação:

- I. as margens dos rios e igarapés;
- II. áreas do Parque GUNMA;
- III. áreas de várzea;
- IV. áreas de praias.

**SEÇÃO II**  
**DA POLÍTICA AMBIENTAL E SEUS IMPACTOS**

**Art. 13.** São princípios e diretrizes de ações políticas, para redução dos impactos ambientais causados pela exploração dos recursos naturais e ocupação desordenada, a serem estabelecidas na área ambiental:

- I. ampliação, recuperação e monitorização das áreas verdes do município;
- II. criação de parques intra e extra-urbanos, com recomposição intensiva da vegetação;



**Estado do Pará**  
**Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará**  
**Gabinete do Prefeito**

- III. criação de lei específica para gestão ambiental;
- IV. criação de órgão específico responsável pela gestão ambiental e de educadores ambientais;
- V. melhorias e proteção dos recursos hídricos;
- VI. prevenção e combate à degradação ambiental;
- VII. controle e fiscalização da exploração dos recursos minerais;
- VIII. implantação e desenvolvimento do plano de coleta e disposição final de resíduos sólidos;
- IX. preservação das florestas urbanas e combate sistemático dos córregos, igarapés e rios.

**SEÇÃO III**  
**DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO**

**Art. 14.** O desenvolvimento econômico será estimulado pelos seguintes instrumentos e estratégias:

- I. acompanhamento do desenvolvimento do processo tecnológico para incrementar a atividade produtiva;
- II. capacitação e valorização da mão-de-obra;
- III. apoio à incorporação da produção informal à economia;
- IV. apoio à microempresa, com desenvolvimento de canais de comercialização;
- V. apoio a eventos voltados ao desenvolvimento cultural e turístico locais;
- VI. apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas e arranjos produtivos locais;
- VII. adequação do espaço físico, como suporte às atividades produtivas;
- VIII. incentivo à instalação de indústrias de pequeno, médio e grande porte, visando ao fomento da agregação de valores à economia;
- IX. incentivo à integração e complementação entre as atividades das zonas urbanas e rurais;
- X. incentivo às cooperativas e associações de produção, processamento, comercialização e prestação de serviços;
- XI. ordenação da extração mineral e controle dos impactos ambientais;
- XII. capacitação de produtores para adoção de novas tecnologias;
- XIII. incentivo a estudos de elaboração do plano de desenvolvimento econômico sustentável;
- XIV. incentivo ao direito à qualidade de vida, através do acesso ao trabalho e à justa distribuição de renda.

**SEÇÃO IV**  
**DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL**

**Art. 15.** A promoção do desenvolvimento sócio-cultural, abrangendo:

- I. habitação;
- II. educação;
- III. saúde;





**Estado do Pará**  
**Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará**  
**Gabinete do Prefeito**

- IV. assistência e promoção social;
- V. esporte e lazer;
- VI. segurança pública e;
- VII. patrimônios cultural, ambiental e turístico.

**SUBSEÇÃO I**  
**DA HABITAÇÃO**

**Art. 16.** A promoção da melhoria das condições de habitação, garantindo a salubridade, a segurança, a infra-estrutura e o acesso aos serviços e equipamentos urbanos, obedecerá ao seguinte:

- I. a ocupação do território será garantida de forma ordenada através das políticas habitacionais integradas ao desenvolvimento municipal;
- II. a moradia digna, será viabilizada por meio de programas de lotes urbanizados, da autoconstrução e da habitação popular;
- III. as áreas serão delimitadas para habitação de interesse social.

**SUBSEÇÃO II**  
**DA EDUCAÇÃO**

**Art. 17.** A política educacional visa reduzir o déficit educacional básico do município, observados:

- I. o acesso da população aos serviços de ensino de qualidade;
- II. a criação de programas contra o analfabetismo;
- III. qualificação profissional para o mercado de trabalho;
- IV. o acesso à educação aos portadores de necessidades especiais assegurando a inclusão;
- V. a inclusão digital nas escolas públicas municipais;
- VI. a inserção do acompanhamento psicossocial para as escolas públicas municipais.

**SUBSEÇÃO III**  
**DA SAÚDE**

**Art. 18.** A garantia à saúde com qualidade deverá suprir o déficit existente, e promover o bem-estar em seus aspectos físico, social e mental, visando:

- I. garantir o acesso da população aos serviços de saúde de qualidade fortalecendo o SUS;
- II. a descentralização e viabilização dos serviços de atendimento a saúde;
- III. a participação popular na formulação e controle nas políticas de saúde fortalecendo o conselho municipal de saúde;
- IV. garantir parcerias para complementação e operacionalização nos diversos níveis de saúde;
- V. incentivar a educação ambiental com vista à prevenção de doenças.





**Estado do Pará**  
**Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará**  
**Gabinete do Prefeito**

**SUBSEÇÃO IV**  
**DA PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Art. 19.** A política municipal de assistência social contemplará ações assistenciais e promocionais direcionadas à população em vulnerabilidade social, promovendo:

- I. a definição de programas de desenvolvimento social;
- II. os programas de integração do menor, do jovem, da mulher, do idoso, do portador de necessidades especiais e da família;
- III. as ações de inclusão social e emancipação de cidadãos e famílias em situação de vulnerabilidade social;
- IV. acompanhamento psicossocial para crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos em situação de risco social;
- V. o incentivo à implantação do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) no município.

**SUBSEÇÃO V**  
**DO ESPORTE E LAZER**

**Art. 20.** As práticas voltadas ao esporte e ao lazer, farão parte das diretrizes de inclusão social, garantindo-se o desenvolvimento humano saudável, o que será possível:

- I. com o implemento do plano de desenvolvimento humano através do estímulo as práticas esportivas e de entretenimento;
- II. com o incentivo ao desenvolvimento físico, social e intelectual, através da inclusão do cidadão às atividades ao desporto e à recreação;
- III. com a criação e ampliação dos espaços adequados para a prática de esporte e lazer, a partir do fomento de recursos para tais finalidades.

**SUBSEÇÃO VI**  
**DA SEGURANÇA PÚBLICA**

**Art. 21.** A política municipal de segurança pública, combatendo a violência urbana e rural, será atingida:

- I. com o fortalecimento da estrutura de segurança pública e da defesa civil;
- II. com a criação da guarda municipal e;
- III. com a criação do departamento municipal de trânsito.

**SUBSEÇÃO VII**  
**DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO.**

**Art. 22.** O patrimônio histórico, cultural, ambiental e turístico, e seu acervo, garantindo o desenvolvimento sócio-cultural, observados:



**Estado do Pará**  
**Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará**  
**Gabinete do Prefeito**

- I. a proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental, valorizando as tradições do município;
- II. o incentivo ao turismo sustentável do município, a partir de estudos e projetos específicos voltados a vocação da cidade;
- III. a capacitação de mão de obra qualificada voltada para as atividades turísticas;
- IV. adequação de espaços culturais para atividades cinematográficas, teatrais e musicais, dentre outras afins.

**SEÇÃO V**  
**DO PLANEJAMENTO METROPOLITANO**

**Art. 23.** O município de Santa Bárbara do Pará deverá desenvolver planejamento integrado com os municípios da área metropolitana de Belém, mediante as seguintes diretrizes:

- I. articulação técnica e administrativa das ações físico-territoriais e socioeconômicas;
- II. preservação e recuperação ambiental, em conjunto com os municípios vizinhos;
- III. melhoria da infra-estrutura instalada e do potencial econômico-social;
- IV. gestão integrada dos sistemas de saúde, educação, transporte, segurança e cultura;
- V. resolução da definição da demarcação das divisas entre o município de Santa Bárbara do Pará e, conforme o caso, os municípios vizinhos.

**SEÇÃO VI**  
**DO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO ADMINISTRATIVO**

**Art. 24.** O desenvolvimento político-administrativo do município de Santa Bárbara do Pará será formulado mediante as seguintes metas:

- I. racionalização das despesas e incrementação das receitas;
- II. adequação da estrutura técnico-administrativa e dos recursos à dinâmica das demandas;
- III. fortalecimento da ação municipal urbanística, ambiental e tributária;
- IV. adequação da eficiência administrativa de planejamento, controle e gestão;
- V. capacitação e valorização do servidor público;
- VI. efetivação das ações de participação das diversas entidades representativas nas discussões da lei de orçamento anual, da lei de diretrizes orçamentárias e planos plurianuais.

**CAPÍTULO VI**  
**DO CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO**

**Art. 25.** Fica criado, com a aprovação do Plano Diretor Municipal, o Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, órgão de caráter consultivo, com a finalidade de convergir as ações das unidades administrativas para os objetivos globais do Plano.



**Estado do Pará**  
**Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará**  
**Gabinete do Prefeito**

**Art. 26.** O Conselho será composto de 21 membros, sendo:

- I. 09 (nove) para representantes dos poderes públicos, com 02 (dois) federais, com 02 (dois) estaduais e 05 (cinco) municipais;
- II. 04 (quatro) para representantes dos movimentos populares;
- III. 02 (dois) para representantes da classe trabalhadora;
- IV. 02 (dois) para representantes da classe empresarial;
- V. 02 (dois) para representantes de entidades acadêmicas;
- VI. 02 (dois) para representantes de conselhos de classe.

**Parágrafo único.** O conselho será composto por membros titulares e suplentes, indicados pelas respectivas entidades, para mandato de 02 (dois) anos.

**Art. 27.** São atribuições do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, dentre outras:

- I. examinar, emitir pareceres e sugerir propostas relacionadas à política e à legislação urbana;
- II. participar das discussões e da análise dos orçamentos municipais quanto à execução das prioridades estabelecidas nesta Lei;
- III. examinar e emitir pareceres sobre os relatórios de impacto ambiental urbano;
- IV. auxiliar a administração municipal nas ações que visem à observância da legislação urbanística e políticas urbanas;
- V. aprovar seu regimento interno e as alterações nele introduzidas.

**CAPÍTULO VII**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 28.** Os projetos de leis que visem a alterar o perímetro urbano e a delimitação ou as características das zonas definidas na lei do uso e da ocupação do solo deverão ser fundamentados e precedidos de relatório de impacto ambiental e de vizinhança.

**Parágrafo único.** O relatório de que trata este artigo deverá conter análise de viabilidade técnica e econômica, envolvendo, obrigatoriamente, os seguintes aspectos:

- I. aumento da demanda de infra-estrutura do sistema viário;
- II. impacto sobre a oferta de bens e serviços públicos;
- III. impacto ambiental, envolvendo os recursos hídricos, o saneamento e a área verde por habitante, com projeção futura;
- IV. análise de compatibilidade demográfica, com os índices estabelecidos na lei do uso e da ocupação do solo;
- V. análise de impacto histórico-social, identificando os elementos significativos;
- VI. avaliação do impacto sobre o mobiliário urbano;



**Estado do Pará**  
**Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará**  
**Gabinete do Prefeito**

- VII. avaliação do impacto sobre a valorização imobiliária e o potencial de empreendimentos, em face do valor das edificações existentes;
- VIII. avaliação do impacto social, incluído o recenseamento da população residente, destacando-se a faixa social por renda média etária, tempo médio de residência e número de pessoas por família;
- IX. avaliação do potencial de aumento na arrecadação.

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 29.** Ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados da data de publicação desta lei:

- I. de (60) sessenta dias, para a composição do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, cujos primeiros conselheiros terão mandato limitado ao tempo faltante para o término do atual mandato de prefeito;
- II. de (70) setenta dias, para elaboração e aprovação do regimento interno do Conselho;
- III. de (90) noventa dias, para a primeira reunião do Conselho Municipal de Planejamento Urbano, que terá por finalidade avaliar as diretrizes e prioridades do Plano Diretor, de modo a orientar a formulação dos programas de governo do município e dos respectivos orçamentos.
- IV. de (01) um ano, para elaboração e envio à câmara municipal das modificações que se fizerem necessárias na legislação municipal, de modo a adequá-la às diretrizes do conjunto de leis que compõem este Plano Diretor.

**Art. 30.** Na hipótese de os parâmetros adotados pelas leis que compõem o Plano Diretor resultarem em ônus excessivo para a comunidade, de modo a prejudicar o desenvolvimento das atividades produtivas, o Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano deverá ser convocado para dirimir as questões pertinentes.

**Art. 31.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Bárbara do Pará, 21 de setembro de 2006.

**JOSÉ ISMAEL LIMA ROCHA**  
**Prefeito Municipal**